

ATA DA 558ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2018/2020

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os/as Conselheiros/as: Ana Paula Kayamori de Oliveira, Bruna Simões França, Carolina Rangel Nogueira, Danilo Martins Ortega, Fabiana Botelho Zapata, Fernanda Maria Lucena Bussinger, Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Marina Hamud Morato de Andrade, Pedro Pereira dos Santos Peres, Samuel Friedman, o representante da Apadep, Leonardo Scofano Damasceno Peixoto e o Ouvidor Geral, Willian Fernandes. O Presidente iniciou a sessão ordinária às 9h41min, com a posse administrativa do recém ingresso na carreira de Defensor Público, Luiz Antônio Felipe Franchito. Após a solenidade de posse, o Presidente parabenizou o recém empossado, desejando sucesso e colocou a administração superior à disposição. Em seguida, franqueou a palavra aos Conselheiros para congratulações. Saudaram o Defensor empossado os Conselheiros Luis Gustavo, Samuel Friedman e a Corregedora Ana Paula Kayamori, assim como o representante da Apadep, Leonardo Scofano. Na sequência, o Presidente inverteu a ordem dos trabalhos, a fim de homologarem o resultado do concurso de remoção, visando oportunizar a escolha da vaga restante ao recém empossado. Assim, chamou para discussão o processo CSDP nº 413/18. Interessado/a: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de remoção a pedido. Relator: Conselheiro Danilo Martins Ortega. O relator leu seu relatório e proferiu o voto no sentido de homologar a listagem encaminhada pelo Departamento de Recursos Humanos. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o resultado do certame online, a seguir publicado.

Antiguidade	Defensor Removido	Órgão de Atuação	Remoção Por Cônjuge?
496	Angelo De Camargo Dalben	1ª Defensoria da UNIDADE ARAÇATUBA	Não
637	Rafaela Comunale Aleixo	11ª Defensoria da UNIDADE ARAÇATUBA	Não
706	Bruno Boni Del Preti	1ª Defensoria da UNIDADE AVARÉ	Não
724	Adriana Do Carmo Rios Dos Santos	3ª Defensoria da UNIDADE AVARÉ	Não

Em seguida, o Presidente declarou a vaga restante, e franqueou a palavra ao recém empossado, Dr. Luiz Antonio Felipe Franchito, que proferiu a escolha da vaga em aberto, escolhendo a 04ª DP da Unidade Barretos. Em seguida, deu continuidade aos trabalhos da sessão ordinária, com as comunicações da Presidência. Comunicou que, nesta semana, esteve em Brasília para tratar de assuntos de interesse da Instituição, relatando dois projetos em tramitação no Congresso Nacional. Citou o projeto de lei nº 9327/17, que trata sobre o protesto de título da duplicata eletrônica, e explicou sobre o percentual destinado ao fundo de assistência judiciária advindos dos protestos desses títulos, afetando diretamente a arrecadação, caso aprovado. Comentou que havia articulado com líderes parlamentares, especialmente o Deputado Rodrigo Garcia, sobre a necessidade de aprovar um projeto substitutivo, mantendo o dispositivo de protestos nas hipóteses previstas em lei. Assim, informou que o projeto havia sido aprovado na Câmara e seguia ao Senado. Com relação ao outro projeto de interesse institucional, mencionou o projeto de lei nº 5.511/16, que trata da obrigatoriedade de advogados/as em todas as conciliações extrajudiciais, explicando que este havia sido aprovado na Câmara e seguia ao Senado. Destacou que o projeto era de interesse da OAB, mas estava sendo acompanhado pela Defensoria Pública, que providenciou o agendamento de reuniões com Senadores para demonstrar a preocupação sobre o impacto, caso o Estado fosse obrigado a garantir tal assistência em fase pré-processual. Comunicou ter realizado outras reuniões em Brasília, citando: a) o Subprocurador da República, Paulo Gonet, a fim de tratar da ADI 5644, que questiona a lei estadual sobre a vinculação de destinação do FAJ ao pagamento de convênios de assistência judiciária. Narrou que a ação ajuizada aguarda parecer da Procuradoria Geral da República, lembrando da existência de parecer favorável à Defensoria pela inconstitucionalidade da lei elaborado pela Advocacia Geral da União; e, b) Ministro da

Segurança Pública, Raul Jungmann, para tratar do projeto "Defensoria Sem Fronteiras", acompanhando a Defensoria Pública-Geral do Ceará, em razão do envolvimento no projeto pelo Condege, Ministério de Segurança Pública, Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Nacional de Justiça. Comunicou que, nesta semana, esteve em reunião na Capital com diversos representantes de instituições e órgãos externos para apresentação de pautas institucionais, citando o Presidente do TJSP, o Corregedor-Geral de Justiça, o Procurador-Geral de Justiça, todos os Conselheiros do TCE e o chefe do Ministério Público de Contas. Ressaltou que as reuniões haviam sido intensas, mas produtivas no sentido de reaproximação e manutenção do contato da Defensoria com aqueles órgãos. Comunicou que, nesta semana, esteve em reunião com o jornal "Folha de São Paulo", com participação da Coordenadoria de Comunicação Social, a fim de tratarem de temas de interesse da Defensoria, especialmente sobre sistema prisional. Comunicou também a reunião com o Governador Márcio França para tratar do tema sistema prisional. Comentou que o Governador havia pedido dados à Defensoria e questionou sobre os motivos pelos quais tantas pessoas permanecerem presas, bem como adolescentes, em colidência com entendimentos do Superior Tribunal de Justiça. Na oportunidade, o Defensor Pública-Geral afirmou que os dados seriam coletados para apresentação em momento posterior. Na mesma ocasião, relatou terem tratado do PLC nº 951/15, que trata da disponibilização de "assistência jurídica integral e gratuita do Estado a policiais civis, militares e profissionais da polícia técnico-científica que, no exercício de suas funções ou em razão delas, se envolvam ou sejam implicados em casos que demandem tutela judicial ou extrajudicial". Mostrou o receio institucional da Defensoria Pública acerca do projeto e apontou sobre as inconstitucionalidades, tal como a de vício de iniciativa, bem como em razão do mérito, além da falta de estrutura e de recursos para fazer frente à atuação prevista caso o projeto fosse sancionado. Mencionou que novas propostas que abarcavam agentes penitenciários e da Fundação Casa, bem como guardas civis metropolitanos, que partiam de iniciativas de Deputados/as ligados a policiais em suas bases eleitorais. Comentou que o projeto de lei complementar nº 951/15 tinha sido tratado com o Secretário Chefe da Casa Civil, além de outros projetos que a Defensoria pretendia enviar ao Legislativo, visando construir conjuntamente tais propostas. Comunicou que, nesta semana, havia se reunido com o Secretário de Administração Penitenciária, Lourival Gomes, a fim de tratar de dificuldades encontradas por Defensores em ingressarem em unidades prisionais, após a rebelião a Penitenciária de Lucélia. Assim, pediu que qualquer dificuldade de ingresso por Defensores Públicos fosse relatada à Assessoria Criminal da Defensoria Geral, informando que traria novidades assim que houvesse um posicionamento da Pasta sobre as demandas da Defensoria Pública. Por fim, comunicou ter realizado reuniões com o Presidente da Alesp, Deputado Cauê Macris, o Deputado Carlos Cezar (liderança do Governo), o Deputado Marco Vinholi (liderança do PSDB), a Deputada Beth Sáhão (liderança do PT) e o Deputado Caio França (liderança do PSB), ocasião em que tratou sobre projetos de interesse institucional, os quais pretende enviar. Externou o convite aos parlamentares para a solenidade de posse do Defensor Público-Geral e do Conselho Superior Eleito, a ser realizado na próxima quinta-feira, às 18h, no Plenário Juscelino Kubistchek da Assembleia Legislativa do Estado. Mostrou a importância de realizar a solenidade na Alesp, em razão da presença constante da Defensoria, além da ocupação de espaço próximo do Poder Legislativo, e agradeceu pelo apoio da Apadep. Em seguida, não havendo comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à inscrita Safira Oliveira, representante da Associação dos Servidores. Ela proferiu a leitura de um relato de problemas enfrentados pelos servidores em razão da ausência de um plano de carreira, citando algumas questões, tais como: a) exercício de atividades de motorista sem respectivos pagamento; b) treinamento e regularização; c) a existência de servidores/as em cargos de gestão, mas sem acesso a pagamento de pró-labore, devido a restrições legais; d) a utilização por servidores/as de conhecimentos de nível superior, sem exigência para os cargos que ocupam, e/ou qualquer consideração sobre desvio de função ou pagamento pelo excedente de conhecimento, entre outros pleitos. Em seguida, extrapolando o tempo concedido, a próxima inscrita, servidora Luiza Aparecida Barros, continuou a leitura da carta, seguida pela próxima inscrita, a servidora Marina Cilli Berti, que terminou a leitura, apontando a urgente necessidade de discussão e envio de um projeto de lei pela Instituição de um plano de carreira aos

servidores. A servidora Safira Bonilha parabenizou a nova composição do Conselho Superior e desejou ter diálogo, destacando estar do mesmo lado do Colegiado, buscando o fortalecimento da Instituição e da qualidade do serviço, especialmente na valorização das pessoas que nela atuam. O Presidente agradeceu a fala da entidade de classe, afirmando que processo envolvia debate, demonstrando a importância de uma construção conjunta e apontando que comungava da mesma visão relativa ao “timing” político, sendo importante também observarem, antes de qualquer medida, o impacto financeiro-orçamentário. Nesse sentido, afirmou que os avanços poderiam ser feitos em relação a servidores/as e membros. Em seguida, franqueou a palavra ao próximo inscrito, Sr. Gilson Cavalcante. Ele descreveu os problemas no atendimento da Instituição e em outros órgãos públicos para solucionar o seu problema em um processo de partilha. Após, não havendo mais inscritos, passou-se à manifestação dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O representante da Apadep, Leonardo Scofano, cumprimentou os/as Conselheiros/as eleitos/as e colocou a entidade à disposição. Informou que, na última quinta-feira, havia sido o último dia de inscrições de chapas para eleições na Apadep, e relatou ter apenas uma chapa, “Defensoria para Todos”, presidida pelo Defensor Público Augusto Guilherme Barbosa. Apontou que as eleições seriam realizadas no próximo dia 19 de junho, parabenizando o candidato e futuro Presidente da entidade. Comentou que a Apadep mantinha o contato com parlamentares, sobretudo integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), visando articular e inviabilizar a aprovação do PLC nº 26/15, de autoria do Deputado Campos Machado, que dispõe sobre a necessidade de inscrição de defensores na OAB, alterando a Lei Orgânica da Defensoria Pública. Afirmou que, em eventual aprovação, a entidade de classe tomará providências judiciais cabíveis. Apontou que a entidade de classe e a Anadep também acompanham a tramitação do projeto que trata da duplicata eletrônica, articulando com parlamentares para que o projeto fosse inviabilizado, diante das dificuldades financeiras nos últimos anos. Apresentou imagens de pessoas que foram submetidas a scanner corporal e citou que Defensores Públicos estavam sendo submetidos a esse procedimento em estabelecimentos prisionais, demonstrando preocupação. Apontou que o procedimento expõe a intimidade dos membros da Instituição, além de expor ao contato com radiação, considerando ser comparável à revista vexatória. Considerou que autoridades públicas deviam ser dispensadas do procedimento, pois estavam exercendo suas funções, e avaliou ser um ataque à prerrogativa de acesso aos estabelecimentos prisionais. Nesse sentido, defendeu que a recusa em se submeter ao procedimento não deveria ser considerada falta funcional. O Presidente informou que estava buscando o diálogo com a Secretaria de Administração Penitenciária, avaliando ter sido importante a fala da Apadep. Concordou integralmente com a fala da entidade de classe, mas apontou ter uma questão política envolvida, que era importante compreender a necessidade de um diálogo prévio entre diversos órgãos sobre o assunto. Relembrou o histórico do caso e descreveu que a orientação dada aos Defensores era para não se submeterem ao scanner corporal, pedindo que qualquer situação relativa a esse assunto fosse comunicada à Assessoria Criminal da Defensoria Pública-Geral. A Corregedora Ana Paula Kayamori mostrou a importância de preservar o direito à privacidade e intimidade, a fim de evitar o constrangimento e situação vexatória. Nesse sentido, sinalizou que seria publicada em breve uma normativa da Corregedoria à carreira decidindo que não haveria falta funcional na recusa ao procedimento de scanner corporal. Comentou que sua gestão na Corregedoria estava ao final de mandato e apontou que deixaria para a próxima gestão da Corregedoria um projeto que prevê a possibilidade de substituir uma sindicância por um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), apenas em casos menos complexos, visando dar caráter educativo a alguns casos. Descreveu que o procedimento já foi adotado por vários Estados, com resultados extremamente favoráveis. O Conselheiro Pedro Peres agradeceu a participação de todos/as Defensores/as e servidores/as na campanha para o processo eleitoral ao Conselho, e parabenizou os Conselheiros da antiga composição pelo trabalho desenvolvido. Apontou que a Defensoria estava na iminência de enviar ao Executivo a proposta orçamentária, que deve ser, antes de tudo, aprovada pelo Conselho Superior. Nesse sentido, pediu que a proposta fosse submetida ao Colegiado o quanto antes, visando discutirem sobre o tema. Mostrou a importância da participação do Colegiado sobre o estabelecimento de padrões de lotação de cargos para fixação e distribuição. Considerou necessário resgatar o espaço de discussão sobre o tema pelo Colegiado, dentro de um

planejamento de longo prazo. Por fim, avaliou importante pensarem em alternativas para avançar institucionalmente sobre outros aspectos, que se mostram difíceis e onerosos, e citou sobre o desenvolvimento de Tecnologia da Informação e a substituição do estágio em direito por um corpo de assistentes técnicos-jurídicos. O Conselheiro Luis Gustavo considerou de suma importância e de grande responsabilidade o exercício do mandato no Conselho Superior, afirmando que se dedicará para além da simples atuação nos processos, mas com espírito aberto com todos/as. Apontou que o Colegiado se depararia com pautas sensíveis e mostrou a importância de que a Defensoria realizasse um planejamento com toda a carreira, contemplando ideias de curto, médio e longo prazos. Avaliou a necessidade de encontrarem soluções para as substituições trabalhando, ~~não apenas~~, no avanço em cargos, mas também de outros mecanismos. Assim, sugeriu a distribuição dos cargos de itinerantes em todas as Macrorregiões, a fim de possibilitar a substituição em casos de outros afastamentos, inclusive daqueles perenes. Sugeriu, ainda, que fosse editada uma deliberação sobre a movimentação dos itinerantes, com critérios de proporcionalidade de número de Defensores em cada Macrorregião, número e duração de afastamentos, período mínimo de rotação para itinerantes, dentre outros aspectos, a fim de dar previsibilidade na lotação dos recursos. Comentou que a distribuição de novos cargos deveria aproveitar o investimento físico e logístico realizado para completar a atuação nas diversas localidades. Por fim, destacou a importância de gerir politicamente, de modo a cumprirem a Emenda Constitucional nº 80. O Presidente ponderou que o Conselho se debruçará sobre as grandes questões institucionais, tendo a responsabilidade de se chegar a soluções perenes e sólidas. Apontou que uma das propostas que aportará no Conselho será o Plano Anual de Atuação, com viés de planejamento de curto e médio prazo. A Conselheira Bruna Simões agradeceu a todos/as pela campanha e pela confiança depositada na Chapa Coletiva. Mostrou a importância de o Conselho se concentrar em discussões que interessem à Instituição. Agradeceu a presença e fala da Associação de Servidores e externou sua compreensão pela valorização de todas as carreiras. Acompanhou o pedido do Conselheiro Pedro Peres sobre o envio da proposta orçamentária para analisarem a possibilidade da criação do cargo de assistente técnico-jurídico. Frisou sua obstinação para que as licenças-maternidades tenham preferências nas substituições, e apontou ter realizado uma pesquisa junto ao Departamento de Recursos Humanos, tendo apurado que nos últimos anos houve uma média de 15 (quinze) licenças maternidade por semestre. A Conselheira Marina Hamud externou seu desejo de conseguir se apropriar de todos os debates e honrar as expectativas depositadas. O Conselheiro Samuel Friedman agradeceu a confiança depositada e desejou excelente mandato a todos no Conselho. Compartilhou da necessidade de planejamento, mas demonstrou preocupação, sob o risco de se criar estruturas que se solidifiquem, inviabilizando um crescimento saudável. Apontou ser necessário aprofundar a discussão sobre um projeto institucional de forma a envolver membros e servidores/as no debate. A Conselheira Fernanda Bussinger demonstrou alegria em integrar o Conselho e destacou a necessidade de envolver Defensores/as nas discussões de questões institucionais, além da importância de uma gestão coletiva. Por fim, pediu que o dispositivo do regimento interno que prevê a realização de sessões externas do Conselho fosse retomado. O Conselheiro Danilo Ortega agradeceu a todos/as que o receberam durante a campanha e desejou um bom mandato ao Conselho. A Conselheira Carolina Rangel relatou que a campanha foi um período muito rico de aprendizado, mas que havia um grande trabalho a ser feito e contava com participação de todos/as Defensores/as e servidores/as. O Ouvidor Willian Fernandes agradeceu o voto de confiança e externou sua honra de novamente tomar assento no Conselho Superior. Considerou que o processo de eleição para a Ouvidoria-Geral foi longo e desgastante, e que, na sua opinião, deveria ser rediscutido e aprimorado. Avaliou que o processo tinha deixado feridas que precisavam ser curadas para a sanidade da Defensoria e da Ouvidoria-Geral. Pontuou a necessidade de se restabelecer a relação entre a Ouvidoria e Defensoria Pública de forma saudável, indicando que pretende caminhar lado a lado e não em contraponto com a Instituição, buscando os mesmos objetivos de fortalecimento institucional e ampliação da participação social. Destacou a importância de retomarem as discussões sobre o Ciclo de Conferências, em razão de seu esvaziamento. Por fim, enalteceu o trabalho desenvolvido por seu antecessor, Alderon Costa, parabenizando as atividades desenvolvidas pela equipe da gestão anterior da Ouvidoria, sobretudo devido ao seu engajamento. O Presidente saudou o novo Ouvidor-Geral,

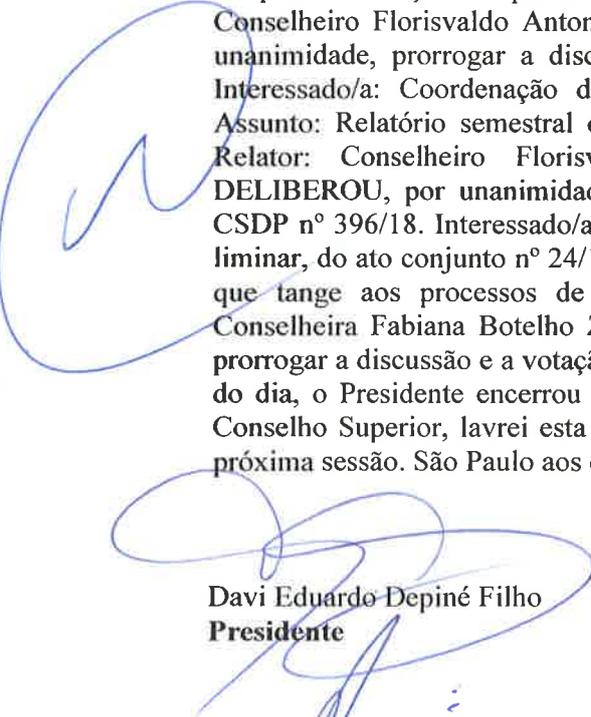
Willian Fernandes, e descreveu que ele havia contribuído de forma fundamental no início da Instituição, sendo gratificante tê-lo de volta. Após, deu início à ordem do dia. O Presidente encaminhou para deliberação se haveria sessão no próximo dia 22 de junho, em razão de aderirem o mesmo calendário institucional do Tribunal de Justiça, pois o expediente iniciaria às 13 até às 19h. Após o consenso, DELIBEROU, por unanimidade, nos termos da sugestão do Conselheiro Luis Gustavo, antecipar a sessão do dia 22 de junho (sexta-feira) para o dia 21 de junho de 2018 (quinta-feira). Após, não havendo mais inscritos para manifestações diversas, o Presidente deu início à ordem do dia, indagando aos Conselheiros sobre as inversões e exceções de processos em pauta, as quais foram aprovadas na seguinte ordem: **CSDP nº 411/18 (Excetuoado a pauta)**. Interessado: Gustavo Octaviano Diniz Junqueira. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "Efeito colateral: os reflexos do discurso da lava-jato na criminalidade de massa", a ser realizado no período de 07 a 08 de junho de 2018. Relator: Conselheiro Pedro Pereira dos Santos Peres. O relator leu seu relatório e proferiu o voto no sentido de acolher o pedido do interessado para homologar a alteração do evento, indeferindo os dias 07 e 08 de junho, pois havia sido alterado pela contatada do evento para o dia 13 e 14 de setembro de 2018. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a desistência do afastamento nos dias 07 e 08 de junho de 2018, e deferir o afastamento do interessado para os dias 13 e 14 de setembro de 2018. **CSDP nº 424/18 (Excetuoado a pauta)**. Interessado/a: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para formação da lista tríplice para o cargo de Corregedor/a Geral da Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Carolina Rangel Nogueira. A relatora proferiu a leitura do voto oralmente, no sentido de concordar com a necessidade de abertura célere do prazo de inscrições, conforme minuta apresentada pelo proponente. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, abrir prazo de inscrições, nos termos do comunicado a seguir publicado. COMUNICADO. Considerando o termo final do atual mandato da atual Corregedora-Geral da Defensoria Pública, que ocorrerá em 30 de julho do corrente ano, ficam abertas as inscrições para a formação da lista tríplice para o cargo de Corregedor Geral, com os requisitos estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 80/94, pela Lei Complementar Estadual nº 988/06, bem como Deliberação CSDP nº 02, de 25 de maio de 2006. Nos termos do art. 2.º, §1º, da referida Deliberação, as inscrições devem ser feitas por petição dirigida à Presidência do Conselho Superior e protocolizadas na Secretaria de tal órgão, localizada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, Centro, São Paulo/SP, no período compreendido entre os dias 14 e 29 de junho, até as 18h. O processo de escolha do/a Corregedor/a Geral da Defensoria Pública dar-se-á na sessão ordinária do Conselho Superior, a se realizar em 06 de julho de 2018. **CSDP nº 425/18 (Excetuoado a pauta)**. Interessado/a: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para Coordenadores/as e integrantes dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Danilo Martins Ortega. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de abrir prazo de inscrições para os Núcleos Especializados, conforme minuta apresentada pelo proponente. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Samuel Friedman indagou como seria o início do mandato da Coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária, pois na gestão passada o atual Coordenador havia iniciado seu mandato após aposentadoria da antiga Coordenadora. A Conselheira Fabiana Zapata afirmou que a Deliberação indicava que os integrantes tinham mandato de dois anos e que o atual Coordenador assumiu mandato tampão. Após as discussões, os Conselheiros ficaram de decidir sobre o tema, após maior estudo, na próxima sessão. Assim, o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, abrir prazo de inscrições, nos termos do comunicado a seguir publicado. COMUNICADO. Considerando o termo final dos atuais mandatos dos/as integrantes e Coordenadores/as dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado, e conforme disposições das Deliberações CSDP nº 38, de 04 de maio de 2007 e nº 84, de 30 de junho de 2008, ficam abertas as inscrições para os/as Defensores/as Públicos/as interessados/as em atuar como integrantes dos seguintes

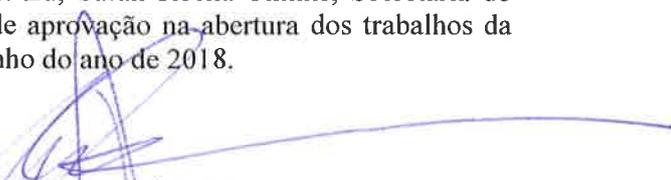
Núcleos Especializados: a) Cidadania e Direitos Humanos – 20 (vinte) integrantes; b) Infância e Juventude - 15 (quinze) integrantes; c) Situação Carcerária – 25 (vinte e cinco) integrantes; d) Segunda Instância e Tribunais Superiores – 16 (dezesesseis) integrantes; e) Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial – 20 (vinte) integrantes; f) Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher – 15 (quinze) integrantes; g) Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência – 15 (quinze) integrantes; h) Defesa do Consumidor – 15 (quinze) integrantes; i) Habitação e Urbanismo – 20 (vinte) integrantes. Os/as Defensores/as Públicos/as interessados/as deverão se inscrever junto ao Conselho Superior, mediante requerimento escrito ou por meio eletrônico para o endereço conselho@defensoria.sp.def.br, no período compreendido entre 12 de junho a 22 de junho do corrente ano, até as ~~18h do último~~ dia do prazo, devendo constar do respectivo pedido a indicação do Núcleo desejado e o currículo do/a interessado/a. A inscrição por meio eletrônico somente será considerada válida mediante o recebimento pelo/a interessado/a da mensagem de confirmação enviada pela Secretaria do Conselho Superior. Caso o/a interessado/a se inscreva para mais de um Núcleo Especializado, deverá indicar a ordem de preferência. Somente será admitido o exercício em um Núcleo Especializado como integrante. No ato de inscrição, o/a candidato/a o/a integrante que pretender concorrer à Coordenação do respectivo Núcleo Especializado deverá indicar expressamente esse interesse, anexando suas propostas para atuação, relatório de atividades e outros documentos que considerar importantes, em consonância ao artigo 16 da Deliberação CSDP nº 38, de 04 de maio de 2007. O processo de escolha dos/as integrantes e Coordenadores/as dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado dar-se-á na sessão ordinária do Conselho Superior, a se realizar em 13 de julho de 2018. **CSDP nº 402/18 (Excetuado a pauta)**. Interessado/a: Maira Ferreira Tasso e Flavia Quintaes Louvain Alvarenga. Assunto: Remoção por permuta (13ª DP da Unidade Santo Amaro e 42ª DP da Unidade Varas Singulares). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. A relatora leu o relatório e encaminhou no sentido de abrir prazo de manifestações, seguindo o voto do antigo relator do biênio 2016/2018. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, abrir prazo para manifestações, nos termos do comunicado a seguir publicado. COMUNICADO: Nos termos da Deliberação CSDP nº 189, de 20 de agosto de 2010, nos autos do Processo CSDP nº 402/18, e consoante dispõe o artigo 123, parágrafo único da Lei 80/94, torno público o pedido de permuta formulado pelas Defensoras Públicas: Maira Ferreira Tasso, classificada na 13ª Defensoria Pública da Unidade Santo Amaro e Flavia Quintaes Louvain Alvarenga, classificada na 42ª Defensoria Pública da Unidade Varas Singulares, visando possibilitar que outros Defensores classificados nas mesmas Unidades manifestem eventual interesse na permuta. Os interessados deverão apresentar requerimento dirigido ao Conselho Superior da Defensoria Pública até as 17h do dia 15 de junho de 2018, através do endereço conselho@defensoria.sp.def.br. A inscrição somente será considerada válida a partir da confirmação do recebimento da mensagem eletrônica pela Secretaria do Conselho Superior. O processo de análise dar-se-á na sessão ordinária do Conselho Superior a se realizar em 21 de junho de 2018. **CSDP nº 012/17 (Excetuado a pauta)**. Interessado: Mario Henrique Ditticio. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. A relatora informou que o interessado havia apresentado do relatório final do afastamento, mas que também tinha sido publicado no Diário Oficial do Estado o pedido de exoneração do mesmo, e assim votou pelo arquivamento do feito em razão da exoneração do proponente, motivo pelo qual havia perdido o objeto. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, arquivar o feito, em razão da perda de objeto. CSDP nº 022/18. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2018. Relatora: Conselheira Marina Hamud Morato de Andrade. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de homologar a lista encaminhada pelo Departamento de Recursos Humanos. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o

resultado do certame, relativo ao mês de maio de 2018, a ser publicada oportunamente. CSDP nº 412/18. Interessado/a: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "Dia do assistente social: o serviço social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo", a ser realizado no dia 25 de maio de 2018. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o pedido de desistência da servidora Lorena Laiza, pois havia deixado de comparecer no evento em razão da greve de caminhoneiros no dia do evento. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a desistência da Agente Lorena Laiza Santana Veiga Silva. CSDP nº 378/18. Interessado/a: Adriana Vinhas Bueno e Giuliano D' Andrea. Assunto: Remoção por permuta (13ª DP da Unidade Campinas e 02ª DP da Unidade Santana). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de homologar a permuta entre os interessados, diante da ausência de manifestações de terceiros. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, após o prazo de manifestações, aprovar a remoção por permuta entre os/as Defensores/as Públicos/as Adriana Vinhas Bueno e Giuliano D' Andrea. CSDP nº 417/18. Interessado/a: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "Defensores/as Populares", a ser realizado no dia 07 de julho de 2018. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu seu relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da indicada pela Edepe, que proferiria palestra no evento, e destacou que o afastamento era para o dia 06 de julho - sexta-feira, pois no dia 07 de julho cairia no final de semana, ou seja, sábado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento da Defensora Pública Lucia Thome Reinert, no dia 06 de julho de 2018. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 12h34, sendo prorrogados os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 135/11. Interessado/a: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessado/a: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessado/a: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08. (que regulamenta a realização de atividades docentes e discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessado/a: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado/a: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos

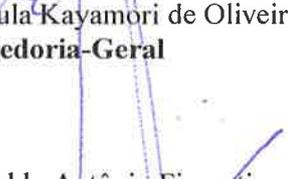
trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/14. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessado/a: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessado/a: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 258/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/16. Interessado/a: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 433/16. Interessado/a: Fabricio Pereira Quintanilha. Assunto: Pedido de providências com relação ao serviço de automação da justiça (SAJ), na modalidade plataforma virtual E-SAJ. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 443/16. Interessado/a: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito de atribuições suscitado pela Unidade Plantão Cível, Regional Central da Capital. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 463/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de deliberação, que regulamenta a visita dos Defensores Públicos que atuam na área da Infância e Juventude às unidades da Fundação Casa. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 475/16. Interessado/a: Dario Augusto Arantes. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação de trabalho em casa - projeto home office. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 387/17. Interessado/a: Apadep. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 259/12 (que disciplina a concessão do auxílio alimentação aos membros da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 451/17. Interessado/a: Regional Infância e Juventude. Assunto: Proposta de deliberação para criação de cargos em razão da instalação de duas novas varas de conhecimento no Fórum Especial da Infância e Juventude da Capital. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 471/17. Interessado/a: Estagiários de Direito da Unidade Jacaref. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 519/17. Interessado/a: Defensores Públicos da Unidade Varas Singulares. Assunto: Proposta de criação e pronto provimento do segundo cargo de Defensor Público da 32ª Vara Criminal da Capital. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por

unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 576/17. Interessado/a: Emerson Martins dos Santos e Sandra Regina Tabossi Freire. Assunto: Proposta de edição de projeto de lei complementar, visando o reconhecimento do estágio de direito na Defensoria Pública como tempo de serviço público para todos os fins, exceto aposentadoria. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 584/17. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2017). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/18. Interessado/a: Coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2017 a janeiro de 2018). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 368/18. Interessado/a: Coordenação do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 379/18. Interessado/a: Associação dos Servidores/as da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de projeto de lei para instituição de plano de carreira dos servidores/as da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 388/18. Interessado/a: Coordenação do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2017 a janeiro de 2018). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 396/18. Interessado/a: Alexandre Grabert. Assunto: Pedido de suspensão, em caráter liminar, do ato conjunto nº 24/17 da Segunda e Terceira Subdefensorias Públicas do Estado, no que tange aos processos de execução digitais da Unidade Franco da Rocha. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente encerrou os trabalhos às 12h34. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos oito dias do mês de junho do ano de 2018.

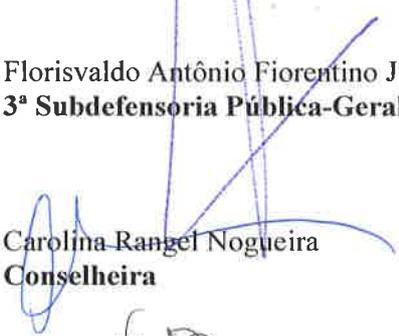
  
Davi Eduardo Depiné Filho  
Presidente

  
Ana Paula Kayamori de Oliveira  
Corregedoria-Geral

  
Fabiana Botelho Zapata  
2ª Subdefensoria Pública-Geral

  
Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior  
3ª Subdefensoria Pública-Geral

  
Bruna Simões França  
Conselheira

  
Carolina Rangel Nogueira  
Conselheira

  
Danilo Martins Ortega  
Conselheiro

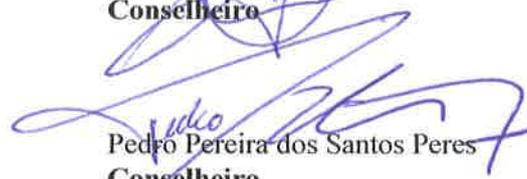
  
Fernanda Maria Lucena Bussinger  
Conselheira



Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva  
**Conselheiro**



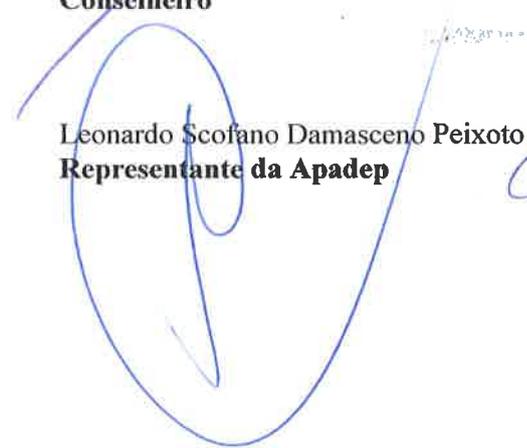
Marina Hamud Morato de Andrade  
**Conselheira**



Pedro Pereira dos Santos Peres  
**Conselheiro**



Samuel Friedman  
**Conselheiro**



Leonardo Scifano Damasceno Peixoto  
**Representante da Apadep**



Willian Fernandes  
**Ouvidor-Geral**